

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.818.304 - SC (2019/0130911-9)**

RECORRENTE : FAZENDA NACIONAL  
RECORRIDO : BRASIL REAL INDUSTRIA DE CONFECÇÕES DE JEANS  
LTDA  
RECORRIDO : DULLAYN CONFECÇÕES DE JEANS LTDA -  
MICROEMPRESA  
RECORRIDO : TAYKA CONFECÇÕES DE JEANS LTDA -  
MICROEMPRESA  
RECORRIDO : TERRA BRASIL INDÚSTRIA DE CONFECÇÕES DE JEANS  
LTDA  
ADVOGADO : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto pela FAZENDA NACIONAL com fundamento no art. 105, III, *a*, da Constituição Federal.

Na origem, a FAZENDA NACIONAL ajuizou execução fiscal, com valor de R\$ 2.204.193,94, atualizada em 11/2017.

No âmbito da referida execução foi indeferido o pedido de citação por oficial de justiça para fins de constatação quanto à existência de dissolução irregular da pessoa jurídica. Sobreveio agravo de instrumento julgado pelo TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO.

O referido acórdão foi assim ementado, *in verbis*:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. CITAÇÃO. EXPEDIÇÃO DE MANDADO. ENDEREÇO EM QUE JÁ FRUSTRADA LOCALIZAÇÃO VIA POSTAL.

- Desnecessária a expedição de mandado de citação para endereço do executado em que já tentada, sem êxito, sua citação por via postal.

- Negado provimento ao agravo.

Os embargos de declaração interpostos foram improvidos.

Contra a decisão cuja ementa se encontra acima transcrita, FAZENDA NACIONAL interpôs o presente recurso especial, apontando violação aos arts. 489 e 1022, ambos do CPC/2015, diante de alegada omissão no acórdão recorrido e, no mérito, ofensa aos arts. 8º, I e III, da Lei 6830/1980 e 249 do CPC/2015. Sustentou, em síntese, que não tendo obtido êxito na tentativa de citação pelo correio impõe-se a citação por oficial de justiça, constatação necessária para o reconhecimento da dissolução irregular da sociedade.

É o relatório. Decido.

Assiste razão à recorrente.

Para atestar a dissolução irregular da sociedade é necessária a constatação por Oficial de Justiça de que a empresa executada não exerce suas funções no endereço indicado, com atividades paralisadas por anos, sem acusar existência de faturamento, circunstâncias essas aptas ao redirecionamento da execução contra os sócios.

Nesse diapasão, confirmam-se:

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. DECLARAÇÃO PESSOAL DA SÓCIA-GERENTE, ADMITINDO A DISSOLUÇÃO IRREGULAR. ERRO GROSSEIRO DO TRIBUNAL DE ORIGEM. REDIRECIONAMENTO DEFERIDO.

1. Controverte-se a respeito do acórdão que indeferiu o redirecionamento nos autos da Execução Fiscal movida pela Fazenda Nacional.

2. O Tribunal de origem concluiu que não houve prova da dissolução irregular, sendo insuficiente para tal finalidade a via postal devolvida (citação por carta, infrutífera), pois seria indispensável a certificação, por oficial de Justiça, de que a empresa não desempenha atividades no endereço diligenciado.

3. Acrescentou o órgão fracionário da Corte local que a declaração do representante legal da empresa, prestada ao oficial de Justiça, no sentido de que "a empresa paralisou as atividades desde 1998 e não deixou bens" não supre a necessidade de diligência no endereço do domicílio tributário da pessoa jurídica.

4. Evidentemente, o acórdão hostilizado incidiu em erro grosseiro.

5. Não se desconhecem os precedentes do STJ no sentido de que a certidão do Oficial de Justiça, atestando a não localização da empresa, é o meio válido para fins de presunção da dissolução irregular, hábil a justificar o redirecionamento.

6. Sucede que tais precedentes analisam a restrita hipótese da validade da carta de citação, com aviso de recebimento, devolvida ao remetente com o resultado "negativa", para fins de viabilizar o redirecionamento.

7. No caso dos autos, entretanto, o órgão colegiado expressamente reconhece que o oficial de Justiça diligenciou a citação da empresa no endereço de seu representante legal, e que este pessoalmente lhe declarou que a empresa paralisou suas atividades e não possui bens. Transcrevo o seguinte excerto do voto condutor (fl. 243, e-STJ): "Para fins de redirecionamento da execução fiscal, não basta a declaração do sócio no sentido de que a empresa 'encontra-se com as atividades paralisadas desde 1998 sem deixar bens', como consta na certidão de f. 118, supracitada. Imprescindível seria a ida do Oficial de Justiça ao endereço da pessoa jurídica e, com a fé pública que lhe é atribuída, certificar o não funcionamento da empresa no local indicado no documento de constituição e posteriores aditivos registrados nos órgãos competentes".

8. Como se vê, não se trata mais de presunção de dissolução irregular, decorrente do simples confronto entre a citação por carta e a citação por oficial de Justiça, mas de fato incontroverso entre as partes: a Fazenda Nacional afirma e a sócia-gerente reconhece o encerramento das atividades.

9. Nesse contexto, é desnecessário, portanto - para não dizer custoso e ineficiente -, submeter o Oficial de Justiça a realizar diligência para atestar situação incontroversa entre as partes (art. 374, II e III, do CPC/2015).

10. Recurso Especial provido. (REsp 1682967/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 19/10/2017)

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL.  
EXECUÇÃO FISCAL. DISSOLUÇÃO IRREGULAR.  
RESPONSABILIDADE DO SÓCIO-GERENTE. ÔNUS DA PROVA.  
DISTINÇÕES.

(...)

3. No que se refere especificamente à prova da dissolução irregular de sociedade, a jurisprudência da Seção é no sentido de que "a não-localização da empresa no endereço fornecido como domicílio fiscal gera presunção *iuris tantum* de dissolução irregular (REsp 716.412/PR, Rel. Min. Herman Benjamin, DJe de 22.09.08; REsp 852.437, 1ª Seção, Min. Castro Meira, DJ de 03.11.08).

4. No caso, o acórdão recorrido atestou que a empresa não funciona no endereço indicado, estando com suas atividades paralisadas há mais de dois anos, período em que não registrou qualquer faturamento.

5. Recurso especial improvido. (REsp 1096444/SP, Rel. Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI, PRIMEIRA TURMA, julgado em 19/3/2009).

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, III, do RISTJ, dou provimento ao recurso especial para determinar o prosseguimento da execução com a determinação de citação por meio do oficial de justiça.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 11 de junho de 2019.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO  
Relator